

GT 1- EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Eliene Gomes dos Anjos (UFRB)
Ana Georgina Rocha (UFRB)

Este GT tem como proposta refletir sobre os alcances e desafios dos empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar (EESAF), uma vez que são os agricultores familiares a categoria social mais representativa entre os diversos segmentos que compõem a economia solidária no Brasil. O Segundo Mapeamento da Economia Solidária, realizado pela extinta Secretária Nacional da Economia Solidária (SENAES), entre 2009 e 2013, registrou 19.708 empreendimentos, desses, 10.899 (55,3%) têm preponderância de agricultores familiares no quadro social, enquanto 1.033 (5,2%) têm, em sua maioria, assentados de reforma agrária. A distribuição regional dos EESAF revela uma concentração significativa no Nordeste, 52,2%, seguido do Sul, 15,7%. O Norte tem 15%, já as regiões Centro Oeste e Sudeste têm 9,8% e 8,4%, respectivamente. Entre os estados, os três com maiores percentuais de empreendimentos são nordestinos: Bahia (10,2%), Ceará (9,9%) e Pernambuco (7,8%). Esse cenário, aliado aos dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que identificou 3,89 milhões de estabelecimentos familiares no país (76,8% do total de estabelecimentos agropecuários), demonstram a importância desta categoria social e a sua representatividade na economia solidária brasileira. Nesse caso, o destaque também é para a Região Nordeste, que concentra 47,2% dos estabelecimentos familiares brasileiros; e a Bahia é o estado com o maior número de agricultores familiares. No semiárido nordestino, que abrange todos os estados, foram identificados 1,44 milhões de agricultores familiares (37,1% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros), uma área geográfica caracterizada pela persistência das desigualdades, ainda que nas últimas décadas diversas políticas tenham sido implementadas para a convivência com suas especificidades, dentre elas, ações públicas de fortalecimento dos empreendimentos solidários. Em relação às atividades coletivas mais recorrentes dos EESAF, ainda segundo o Mapeamento da SENAES, a produção e a comercialização respondem por 52,5%, por outro lado, é significativo que 29,5% deles tenham como prioridade o consumo e o uso coletivo de bens e serviços. Esses dados sugerem que não há uma homogeneidade de demandas entre os EESAF, uma vez que a finalidade é distinta, além das formas de organização assumidas, pois 7,9% são cooperativas, 17,1% são grupos informais e 74,6%, associações. Nesse contexto, a pandemia do novo coronavírus (covid-19) colocou novos desafios aos empreendimentos da agricultura familiar, ampliando as dificuldades de acesso aos mercados e de desenvolvimento das atividades coletivas. A crise é expressa no aumento da situação de vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, referente ao ano de 2018, indicam que 4,6% da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar. Com a pandemia, esse quadro é agravado e afeta especialmente as áreas rurais. Diversos estudos evidenciam a importância da agricultura familiar na dinamização das economias locais/territoriais e o próprio impacto de políticas direcionadas para esse segmento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a garantia de mercados institucionais. É justamente pela diversidade organizacional, diferentes acessos às políticas públicas e práticas culturais singulares que esse GT acolherá trabalhos com reflexões que apontem as conquistas para reduzir a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores familiares e os desafios para sua sustentabilidade baseada na organização coletiva.